



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11526 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

O ENSINO DE FILOSOFIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE AO MANUAL DIDÁTICO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO NOVO ENSINO MÉDIO – NEM (2021)

Geovana Barros de Souza - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: PIBAP/UEMS

**O ENSINO DE FILOSOFIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO:
UMA ANÁLISE AO MANUAL DIDÁTICO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO
NOVO ENSINO MÉDIO – NEM (2021)**

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Considera-se que o nascimento do pensamento filosófico se deu na Grécia Antiga com os chamados filósofos pré-socráticos. Esses, foram os primeiros a buscar as respostas de suas questões, mais especificamente, questões sobre o universo em que viveram, de maneira a não se debruçar em mitos e contos. Esses pensadores, preocupavam-se em buscar o *arché*, aquilo que consideravam a principal substância do mundo, aquilo que constituía a tudo. Os pré-socráticos foram responsáveis por iniciar o pensamento sistemático refletido.

Sócrates (470 – 399 a. C.), percebeu um horizonte metodológico. Questionou a natureza do conhecimento o qual ele acreditava já pertencer a nós desde que nascemos. Utilizando da maiêutica, o filósofo “paria” a verdade latente de seus interlocutores.

Com o passar dos séculos, o pensamento filosófico foi se desenvolvendo e se transformando de acordo com as necessidades dos homens, trazendo como pauta os mais diversos assuntos, desenvolvendo assim a política, a moral e a ética, o direito, métodos científicos, a compreensão da linguagem, das artes, do próprio ser. Com a ampliação do conhecimento a filosofia contemporânea incumbiu-se em refletir sobre as criações humanas e

suas utilidades para o ser humano.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa em desenvolvimento, defende a ideia de que a realidade atual é consequência de uma série de acontecimentos históricos que se intercalam trazendo à tona as diversas ordens factuais que o ser humano já viveu. Ou seja, nossa atualidade é resultado da luta que foi travada pelos homens ao longo de sua história. Pensando nisso, e em tudo que foi exposto sobre a filosofia, defendemos a necessidade e importância da disciplina de Filosofia e as temáticas que dela surgem, no trabalho didático dentro das escolas e como forma de reflexão dos jovens do ensino médio atual.

Percebemos que, pelo poder do desenvolvimento da habilidade de abstração de conceitos e da ressignificação própria do mundo, aliado à qualidade de ser um repertório dos acontecimentos históricos vividos e atuados pelo homem e por suas descobertas, dúvidas e instigações, que vemos a disciplina de filosofia e o pensar crítico-filosófico conectados à educação brasileira. O conhecimento filosófico torna-se um bom instrumento que, ao lado de outras forças sociais, colabora para a transformação da sociedade, instrumentalizando os indivíduos a fim de os tornar críticos e ativos frente suas realidades.

A disciplina de Filosofia, atualmente no Brasil, é desenvolvida dentro dos currículos do ensino médio público, como componente obrigatório. Esse fato, será mais bem desenvolvido no segundo capítulo do texto. Os resultados aqui apresentados são parciais pois a pesquisa ainda se encontra em andamento. A dissertação está sendo redigida a partir de três capítulos principais.

O primeiro capítulo é desenvolvido pelo levantamento de bibliografias recentes sobre os instrumentos utilizados no ensino de filosofia. Até então, foram selecionadas três pesquisas envolvendo a temática: a dissertação de mestrado em educação de Vieira (2012), intitulada como **O Ensino de Filosofia e o uso do texto clássico de Filosofia: análise a partir das escolas públicas paranaenses de Ensino Médio**, a tese de doutorado em educação de Valesse (2013), intitulada como **Aprendizagem filosófica a partir do uso de textos filosóficos nas aulas de Filosofia no Ensino Médio**; e também, a dissertação de mestrado profissional de Silva (2016), intitulada **A Simplificação do Conhecimento no Ensino de Filosofia no Projeto EJA III em Mato Grosso do Sul (2013-2014): uma análise de um instrumento de Trabalho do Professor**.

A partir da análise sistemática desses autores, podemos perceber a grande importância da utilização dos clássicos filosóficos em sala de aula. Além da constatação do excessivo uso dos livros e manuais didáticos pelos professores. Esses livros e manuais, na maioria das vezes, são utilizados como itinerários desses profissionais para lidar com o ensino-aprendizagem dos estudantes.

O segundo capítulo, desenvolve uma análise sócio-histórica do percurso da disciplina de Filosofia nos currículos brasileiros, desde a colonização do país. Ou seja, a análise parte daquilo que consideramos como currículo dos Jesuítas, até a recente alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reforma o Ensino Médio nacional.

Visualizando sistematicamente aquilo que chamamos de currículo, durante esses mais de 500 anos de Brasil, percebemos que, a disciplina de Filosofia, ou até mesmo, os conteúdos de Filosofia disponibilizados e aplicados nas salas de aulas brasileiras, são claramente desvalorizados. Isso porque, a disciplina vem e vai dentro das legislações normativas. De acordo com as mudanças de governos, a disciplina é elencada ou excluída das diretrizes, obrigatórias ou optativas, da educação brasileira. Acreditamos que, isso talvez aconteça pelo teor crítico que a disciplina carrega, sendo considerada, muitas vezes, como uma aliada em revoluções.

O terceiro e último capítulo da dissertação, ainda em construção, se inicia com uma explanação da categoria Organização do Trabalho Didático, desenvolvida pelo professor Gilberto Luiz Alves. Dentro desta categoria, nos debruçaremos, principalmente, no fator instrumentalização. Para isso, voltamos a meados do século XVII, com os pensamentos de Comenius.

Comenius, em uma transição entre a organização de trabalho feudal para organização de trabalho moderno, se depara com uma questão. Como poderia educar de forma rápida e dinâmica para uma grande quantidade de estudantes? Ou melhor, como ensinar tudo, a todos? Com o aumento do número de estudantes que passavam a frequentar as escolas, a metodologia da época precisava ser adaptada. Os mestres não poderiam, e não conseguiriam, ensinar para a quantidade de estudantes que vinham a frequentar os ambientes de ensino. Foi no meio desse contexto que surgiu os manuais didáticos, terminologia utilizada hoje.

O manual didático se tornou um grande aliado da educação, principalmente na época de Comenius, com o formato daquela escola. Porém, hoje em dia, o que vemos é um uso excessivo deste instrumento. Com a chegada da globalização, o avançar das grandes tecnologias, o livro didático poderia servir apenas como um auxílio dos estudantes, mas o que vemos, é um instrumento que baliza e dá sequências ao processo de ensino-aprendizagem na maioria das salas de aulas.

Partindo das questões anteriormente levantadas, o terceiro capítulo, analisa um livro didático, de uma coleção, de determinada editora do Brasil. O instrumento analisado, está alinhado com as novas diretrizes do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, alterado considerando as mudanças que advieram com a reforma do ensino médio. Essa análise busca compreender o porquê do excessivo uso deste instrumento e reunir argumentos que apoiam a utilização dos textos clássicos, na íntegra ou em excertos, dentro das salas de aula do ensino médio nacional para o ensino de Filosofia aos nossos jovens estudantes.

CONCLUSÕES

Como dito anteriormente, as conclusões aqui expostas, são parciais, já que a dissertação ainda se encontra em construção. Mesmo nessas circunstâncias, conseguimos constatar algumas questões.

Primeiro, o excessivo uso dos manuais didáticos pela maioria dos professores. Um instrumento que nasceu como forma de superação de uma dificuldade, hoje é vista como um guia do ensino-aprendizagem. Talvez pela praticidade, por conter os conteúdos, textos, questões avaliativas, tudo isso, dentro de apenas um livro, talvez pelo escasso tempo dado aos professores para planejarem suas aulas, estudarem as questões com mais profundidade, ou até mesmo, pelo pouco tempo disponibilizado para aplicação dessas aulas. No primeiro capítulo do texto em questão, expusemos algumas realidades de professores de filosofia do ensino médio público e questões como essas são justificadas de maneiras muito parecidas.

Essa problemática leva a outra, a importância crucial da presença dos textos filosóficos no ensino de filosofia no ensino médio. Também no primeiro capítulo, podemos observar a diferença em diversos aspectos dos estudantes depois de seu contato com os textos tais como, melhora na escrita, um relativo aumento do hábito de leitura, melhora no vocabulário, melhor construção de argumentos, o que interfere fielmente no senso crítico desses jovens.

Outro fato observado até aqui, é a desvalorização, ou o não reconhecimento do potencial, da disciplina de filosofia na vida dos jovens estudantes. Uma porta muito eficiente que estudos filosóficos podem abrir é a de um senso crítico aguçado. Quando se pensa, idealmente falando, em uma sociedade eficiente, emancipada, que caminha junto de seus cidadãos, se vislumbra que todos aqueles que compõe essa sociedade, sejam emancipados criticamente, ou seja, que sejam capazes por si próprios de construir seus pensamentos, argumentos, baseados em fatos e ideias criticamente sistematizadas.

Vemos que todas as questões, de alguma forma, acabam se interligando. A questão do ensino da filosofia nas salas de aula da educação pública envolve diversas problemáticas, muitas dessas, profundas a um ponto em que só se alcance o mínimo de esclarecimento quando se vai a fundo na organização de nossa sociedade e do sistema vigente, o capitalismo.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Organização do Trabalho Didático. História da Educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. O Trabalho Didático na Escola Moderna: Formas Históricas. Campinas: Autores Associados, 2005b.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 jul 2022.

BRASIL. Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 26 jul. 2022.

COMÊNIO, João Amós. Didática magna. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SILVA, Wagner Teixeira da. **A Simplificação do Conhecimento no Ensino de Filosofia no Projeto EJA III em Mato Grosso do Sul (2013-2014):** Análise de um Instrumento de Trabalho do Professor. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

VALESE, Rui. **Aprendizagem Filosófica a partir do Uso de Textos Filosóficos nas Aulas de Filosofia no Ensino Médio.** 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VIEIRA, Wilson José. **O Ensino de Filosofia e o Uso do Texto Clássico de Filosofia:** Análise a partir das Escolas Públicas Paranaenses de Ensino Médio. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.